PROJETO DE LEI Nº DE 2025.

(do Sr. EROS BIONDINI)

Altera o art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a punição específica em casos de maus-tratos contra equídeos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O \S 1º-A do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§1-A° – Quando se tratar de cão, gato ou equídeo, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proteção à vida animal é um compromisso ético e constitucional, já reconhecido pelo legislador brasileiro na Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), que criminaliza atos de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados.

Em 2020, a Lei nº 14.064 alterou o art. 32 da Lei de Crimes Ambientais para aumentar a pena nos casos de maus-tratos contra cães, gatos e equídeos, reconhecendo a necessidade de tratamento penal mais rigoroso diante da gravidade desses crimes.





No entanto, recentes casos de crueldade contra equídeos, incluindo práticas bárbaras como o corte de patas de cavalos, demonstram a urgência de uma tipificação específica que garanta punição proporcional e efetiva. Cavalos outros equídeos desempenham papel histórico e fundamental no Brasil, seja nagropecuária, no esporte, no transporte ou como companheiros de trabalho e lazer.

Tratar de forma branda crimes de tamanha brutalidade contra esses animais é ferir os princípios de dignidade e proteção que nossa legislação deve assegurar.

O presente Projeto de Lei busca equiparar a pena para os maustratos cometidos contra equídeos àquela já prevista para cães e gatos, estabelecendo reclusão de 2 a 5 anos, multa e proibição de guarda.

Como médico veterinário e especialista em equídeos, e tendo como inspiração a referência paterna no ensino e na prática da Medicina Veterinária no Brasil, especialmente nessa área, este Projeto de Lei reafirma o compromisso com a proteção animal e o combate à crueldade.

Sala das Sessões, em de de 2025

EROS BIONDINI Deputado Federal



